



Promovendo a inclusão na Educação Infantil: abordagem da alfabetização para crianças surdas

Promoting inclusion in early childhood education: a literacy approach for deaf children

Jacyguara Costa Pinto¹ Aliny Ribeiro Santana²
Liduina Maria Bezerra Façanha Rodrigues³ Maria Helena Cruz da Silva⁴
Manuela Andrade Ferreira⁵ Natanael Quadro da Rocha⁶
Nelson Noronha de Castro⁷ Regina Celia Oliveira Guimarães⁸

Submetido: 15/08/2023 Aprovado: 23/08/2023 Publicação: 25/08/2023

RESUMO

O artigo apresenta uma análise sobre o tema a inclusão na educação infantil: abordagem da alfabetização para crianças surdas. Em relação ao objetivo geral, propôs-se analisar a inclusão na educação infantil: abordagem da alfabetização para crianças surdas. Para a realização desta pesquisa, foi utilizada a técnicas de pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico, utilizando-se levantamento de dados de livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses. Os dados foram analisados sob o enfoque qualitativo de natureza descritiva. Os resultados obtidos mostram análises sobre a inclusão de surdos na educação infantil, e, metodologias de inclusão de surdos na educação infantil. Concluiu-se que o aluno com deficiência auditiva requer atenção contínua, não apenas durante os períodos de avaliação. Eles precisam ser estimulados a se comunicar e participar plenamente das atividades, não se limitando apenas a um papel passivo na sala de aula. A capacidade desses alunos de se envolverem e progredirem está intrinsecamente ligada ao estímulo oferecido.

Palavras chave: Alfabetização. Surdos. Educação Infantil. Prática inclusiva.

ABSTRACT

The article presents an analysis of the topic of inclusion in early childhood education: a literacy approach for deaf children. The general objective was to analyze inclusion in early childhood education: a literacy approach for deaf children. To carry out this research, bibliographical research techniques were used to build the theoretical framework, using data from books, scientific articles, monographs, dissertations and theses. The data was analyzed using a qualitative, descriptive approach. The results obtained show analysis of the inclusion of deaf people in early childhood education, and methodologies for including deaf people in early childhood education. It was concluded that hearing-impaired students require continuous attention, not just during assessment periods. They need to be encouraged to communicate and participate fully in activities, not just be limited to a passive role in the classroom. The ability of these students to engage and progress is intrinsically linked to the stimulus offered.

Key words: Literacy. Deaf. Early childhood education. Inclusive practice.

¹ Doutor em Ciências da Educação, - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. jacyguaracosta@gmail.com .

² Mestranda em Ciências da Educação- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, alinyribeirosantana@gmail.com

³ Mestra em Ciências da educação pela Universidad Internacional das três fronteras. liduinavillys@gmail.com

⁴ Mestranda em Ciências da Educação- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, helenacruzsilva27@gmail.com

⁵ Mestranda em Ciências da Educação – Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. nuclamf@gmail.com

⁶ Mestrando em Ciências da Educação- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, naelderocha@gmail.com

⁷ Mestrando em Ciências da Educação- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, noronha.nelsoncastro@gmail.com

⁸ Mestra em Ciências Educação - - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. rcogui@hotmail.com

1. Introdução

O artigo apresenta estudos sobre o tema promovendo a inclusão na educação infantil: abordagem da alfabetização para crianças surdas, o qual foi escolhido por se perceber que nos últimos anos tem crescido os debates nas áreas científicas, bem como em vários eventos pedagógicos, a importância da alfabetização e a inclusão de alunos surdos na escola regular, demonstrando divergências teóricas que se somam e mostram a necessidade de organizar os direitos da pessoa com deficiência, bem como a aquisição da língua de sinais ou língua portuguesa.

Diante disso, este estudo propõe-se a refletir e demonstrar aos educadores a importância de reverem seus conceitos e práticas, buscarem novos conhecimentos, habilidades e atitudes, e assim terem êxito na sua função docente, contribuindo significativamente para a real inclusão do aluno surdo nas salas de aula de Educação Infantil.

Por isso, sentiu-se a necessidade de desenvolver a temática e que busca-se evidenciar os limites enfrentados pelas escolas quanto ao processo de alfabetização de crianças surdas, assim como as possibilidades que surgem a partir do enfrentamento do problema. “A escola pode ser um fator de fortalecimento ou desintegração da identidade do deficiente auditivo” (DE OLIVEIRA ADÃO, 2023, p.151).

Partindo do princípio que a educação é um direito de todos, espera-se que as crianças com surdez também tenham esse direito. De acordo com a Educação Especial materializada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) “o processo de atendimento educacional e a garantia de introduzir nele inovações, assegura maiores possibilidades de integração” desse indivíduo com necessidade educacional especial, no caso, surdez, e sua inclusão à sociedade (BRASIL, 1996).

Portanto, não se pode desconsiderar a discussão sobre o tema, pois este se revela um modo de colocar em evidência o fato da participação de crianças surdas nas escolas de Educação Infantil e favorecer ações que coloquem sob uma nova perspectiva a importância da inclusão escolar. Além disso, a educação inclusiva é uma questão essencial, considerando que todos são iguais em termos de dignidade, direito e acesso à educação formal de qualidade. Assim a escola tem a finalidade de trabalhar o desenvolvimento integral de todas as crianças, inclusive, do surdo, promovendo o seu crescimento nos aspectos linguístico, físico, psicológico, social, intelectual e cultural.

Os sistemas de ensino estão propondo práticas que viabilizam a criação de escolas inclusivas que atendam a todos, independentemente das suas especificidades, buscando a implementação de uma ação humana fundamentada na ideia de uma sociedade que reconheça e valorize a diversidade.

Essas significativas transformações oriundas de uma sociedade que objetiva cada vez mais a oferecer garantia de direitos através de debates e elaborações de leis, busca criar instrumentos eficazes para o resgate de cidadania, oferecendo meios para que todos possam sentir-se iguais em direitos e deveres através do respeito às diferenças.

Dito isso, e considerando que os professores possuem diversas dificuldades em relação ao ensino aprendizagem dos alunos surdos e sua articulação com uma prática pedagógica adequada, cabe questionar: Quais as metodologias estão sendo usadas para a alfabetização e inclusão dos alunos surdos na Educação Infantil?

Com intuito de compreender a indagação acima, esta pesquisa teve por objetivo geral analisar a inclusão na educação infantil: abordagem da alfabetização para crianças surdas. Quanto aos objetivos específicos, buscou-se analisar a inclusão de surdos na educação infantil e as metodologias de inclusão de surdos na educação infantil.

2. Métodos e Procedimentos

Nesta seção, descreve-se a metodologia empregada para a construção do presente estudo, cujo objetivo foi analisar a inclusão na educação infantil: abordagem da alfabetização para crianças surdas. Para isso, foi conduzida uma revisão sistemática seguindo um protocolo metodológico preciso.

A etapa inicial consistiu na seleção do método de pesquisa bibliográfica, conforme delineado por Gil (2020), visando através dela, realizar levantamento de publicações (livros, artigos, teses, revistas científicas e outras produções acadêmicas) que possam ser utilizadas para se ter uma base sólida para embasar o artigo.

Os materiais foram obtidos através de um levantamento conduzido na barra de pesquisa do Google Acadêmico. Os termos-chave deste estudo – “Alfabetização”, “Surdos”, “Educação Infantil” e “Prática inclusiva” - foram empregados na busca, resultando em 16.900 resultados na pesquisa realizada em 13 de agosto de 2023.

Para refinar a busca, uma delimitação temporal foi aplicada, abrangendo o período de 2018 a 2023, o que resultou em 9.520 resultados. Adicionalmente, foram aplicados filtros para exibir apenas "artigos de revisão" e "pesquisas em língua portuguesa", culminando em 140 resultados que constituíram o universo para a pesquisa.

Os critérios de inclusão adotados englobaram estudos em língua portuguesa, publicados no período de 2018 a 2023, e que apresentassem conteúdo completo, excluindo resumos isolados. Já os critérios de exclusão compreenderam estudos em línguas estrangeiras e trabalhos sem relação direta com os descritores pré-definidos.

Os dados selecionados foram organizados na seção "Resultados e Discussões", onde foram agrupadas duas categorias de análise: a inclusão de surdos na educação infantil, e, metodologias de inclusão de surdos na educação infantil. A análise dos dados foi conduzida através de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva. O conteúdo dos estudos foi interpretado, e sínteses e resumos foram elaborados para cada abordagem conforme apresentado pelos autores.

3. Resultados e Discussão

3.1. A Inclusão de Surdos na Educação Infantil

Lugli (2018) ao analisarem a história da Educação de Surdos afirmam que na Antiguidade os surdos não podiam ser educados, por acreditarem não serem educáveis (pensava-se serem imbecis). Os anos compreendidos pelos séculos XV e XVI demonstram o tratamento social dispensado pela sociedade para com os surdos, salientando que eram assim tratados por vários motivos culturais, o principal está na interferência do sobrenatural nas ideologias e na condução da vida das pessoas. É em meio aos tratamentos familiares escondidos que surgiram os primeiros pedagogos preocupados com os surdos. Ainda não era uma prática educacional específica, mas atividades de proteção e de manter em segredo familiar (cárcere) o membro surdo, para que não fosse morto pelas ideologias reinantes na época. Mesmo assim esse grupo evoluiu sua atuação, e ao longo dos tempos, possibilitaram confirmar que o surdo não era uma aberração, e poderia ser visto como um membro social normal, desde que houvessem formas adequadas de educação.

Em meados do século XVIII, Heinicke, pedagogo alemão, professor de surdos, criou um método de educação para suprir as necessidades educacionais de seu filho. Em 1755, L'Épée fundou a primeira escola para ensino de surdos, que chegou a ter 60 alunos ricos e pobres indistintamente. Essa escola foi de natureza privada e gratuita até 1791, quando foi transformada no Instituto Nacional dos Surdos-Mudos de Paris, tendo sido seu primeiro diretor o abade Sicard (1742-1822). Na Alemanha, Heinicke fundou a primeira instituição para surdos, em Leipzig, no ano de 1778. Outro grande destaque na educação de surdos foi o médico francês Dr. Jean-Marie Gaspard Itard (1775-1838), que trabalhou no Instituto de Paris durante 38 anos (LUGLI, 2018).

Segundo Corrêa; Araújo (2022), no Brasil, a história da educação dos alunos surdos se inicia com a criação do Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Em 1855, chega ao Brasil o professor francês Ernest Huet, surdo, que aqui desembarca com o propósito de estabelecer uma escola para alunos surdos. O panorama atual da Educação Inclusiva dos Surdos e da inserção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) desdobrou-se a partir da criação e evolução de leis regulamentadoras do processo educacional como direito cidadão e à implantação da Educação Especial. Sendo iniciada em 1948 com a assinatura dos

países acatando os conteúdos da Declaração dos Direitos Universais, até o ano de 2005, quando é criado o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro.

Na área da educação muito se ouve falar em inclusão de surdos, e são diversas ações desenvolvidas para efetivar as leis que visam reduzir a exclusão social. Assim, cabe ao sistema educacional incluir esses alunos nas salas regulares, mas essa prática ainda deixa muito a desejar, são muitos problemas, desde a ordem estrutura das escolas até a qualificação dos professores que atuam diretamente com os surdos, no caso desse trabalho (Corrêa; Araújo, 2022).

A Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 208 garante “atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamente todo o sistema de ensino brasileiro, e no Capítulo V trata da Educação Especial, ratifica-se em seu artigo 58 a Educação Especial como modalidade de educação escolar que deverá ser oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos portadores de necessidades especiais (CORRÊA & ARAÚJO, 2022).

Através de novas leis da educação especial, pode-se perceber que os surdos têm galgado espaço social de respeito e de demonstração da preocupação do Estado em dotar legal e oficialmente, instrumentos educacionais eficazes na tarefa de ensinar o aluno surdo. Na prática, o quadro é bastante distinto, pois é fato já descrito em referenciais teóricos que há precariedade na assistência ao surdo e ineficazes as práticas pedagógicas (CORRÊA & ARAÚJO, 2022).

Por isso, romper com os desafios educacionais hoje em dia é uma tarefa complexa, pois tanto a educação como a escola sentem que suas práticas estão se tornando obsoletas, e assim, lutam para elaborar novos modos de atuar, criando estratégias capaz de estimular e motivar o aluno surdo a se perceber como um cidadão de direitos, e a escola exercer com sucesso sua gestão e o cumprimento do que a lei diz (CORRÊA & ARAÚJO, 2022).

Assim, a ruptura desses problemas educacionais deve ser feita continuamente na escola, em prática pedagógica dos professores, até mesmo pelos responsáveis pela Educação Física escolar, que possam dessa maneira, aplicar de modo consistente uma nova didática com esses alunos, com maior respeito e mais humanista. Tornando o processo ensino aprendizagem realizado por ambos, professores e alunos surdos (Corrêa; Araújo, 2022).

Segundo José; Pereira; Lorensen (2023), no Brasil, pesquisas têm contribuído para tornar o tema mais inclusivo para os surdos na rede de ensino regular, cujo foco principal, direciona-se para um olhar cultural sobre a surdez, delineando novos parâmetros para o processo educacional. No sistema educacional da atualidade, ouve-se falar sobremaneira em inclusão social, e muito se tem trabalhado para erradicar o analfabetismo e promover a igualdade de direitos e acesso à educação. Defende-se a integração do surdo nas classes regulares da educação e garante-se este direi-

to através de leis constitucionais que endossam a inclusão. Entretanto, como regra geral, aplica-se a lei, independentemente, da análise estrutural, física ou pedagógica, que esta inclusão demanda.

Leal; Guimarães (2019) explicaram que o panorama atual da educação de surdos apresenta resultados nada satisfatórios de repetência e evasão escolar que podem ser analisados a partir de alguns indicativos políticos e pedagógicos que interferem significativamente no processo de inclusão. Pode-se atribuir tais resultados a diferentes setores políticos (poderes executivo, legislativo e judiciário) e educacionais (secretarias, escolas e demais instituições), responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas e pedagógicas de inclusão para surdos.

Observa-se que o processo de inclusão para surdos dá-se a partir da assistência de um professor intérprete que auxilia os alunos na aquisição do conhecimento de todas as disciplinas. Isto, em princípio, implica na interpretação do conteúdo durante as aulas ministradas e/ou na orientação extraclasse. A aprendizagem da leitura e da escrita é de grande importância na vida da criança para que esta adquira conhecimentos posteriores mais significativos, e cabe à escola propiciar um ambiente alfabetizador que favoreça esse processo. É na alfabetização que a criança adquire a base para aprender a ler e escrever (LEAL & GUIMARÃES, 2019).

Sabe-se que a criança, antes de vir para a escola, opera com a linguagem, fala e usa linguagem oral com desembaraço para interagir nas diversas situações da vida. Essa criança aprendeu a falar e a entender o que falou, passando por um processo de aquisição da linguagem gradativa e progressiva, sem que houvesse necessidade de sistematização de qualquer conteúdo da língua (LEAL & GUIMARÃES, 2019).

O processo de aquisição da linguagem escrita tem sido, nas últimas décadas, um objeto de atenção dos envolvidos com a educação, pois as teorias modernas mostram a complexidade de operações que se fizeram com a linguagem, tanto oral como escrita. A aquisição da escrita é algo mais complexa do que um simples processo mecânico de memorização e treino. Os anos iniciais de escolarização são um grande desafio para pesquisadores de diversas partes do mundo, que estão preocupados com a questão da alfabetização.

3.2. Metodologia de Inclusão de Surdos na Educação Infantil

De acordo com Souza (2022), o domínio da língua escrita tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende ponto de vista, partilha ou constrói visões de mundo e produz conhecimentos. Assim, uma proposta educativa comprometida com a democratização social e cultural nos diferentes níveis educacionais tem a função e a responsabilidade de garantir a todas as crianças acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania. Essa respon-

sabilidade é tanto maior quanto menor for o grau de letramento das comunidades em que vivem as crianças.

Um outro problema refere-se ao domínio das letras, pois o alfabetizador precisa ser capaz de fazer com que os alunos entendam que cada símbolo corresponde ao som de uma fala. Somente a partir desse momento é que o professor alfabetizador pode apresentar as várias formas de letras. Outro fator que poderá interferir na aprendizagem é a percepção auditiva, pois o alfabetizador precisa observar se o aluno já consegue diferenciar os sons linguísticos da fala. Convém lembrar que só será capaz de escrever aquele que tiver a capacidade de perceber as unidades sucessivas de sons da fala utilizadas para enunciar as palavras e de distingui-las conscientemente uma das outras (SOUZA, 2022).

No entendimento de Borges; Silva; Soares (2022), no processo de alfabetização, o alfabetizador tem que proporcionar aos alunos mecanismos de inovação didático/metodológica com o objetivo de conduzir o aprendiz ao mundo letrado e ao progresso. O contato com a escrita transforma a elaboração interior. Além desses fatores que interferem na aprendizagem da criança, existem também os fatores econômicos, sociais, culturais e políticos, que são os mais graves e geram o fracasso escolar. Logo, a escola pública brasileira, mediante a forma como organiza seu trabalho pedagógico e estabelece seus regulamentos, ritmos e rituais, ainda está longe de produzir o sucesso escolar e de alcançar os fins educacionais assegurados constitucionalmente.

Tal afirmativa parte do entendimento de que, para assegurar à população escolarizável o Direito à Educação em iguais condições de entrada e permanência, gratuito de qualidade, é um desafio que se coloca ao sistema oficial de ensino, aos dirigentes educacionais, aos professores e à escola frente à persistência dos altos índices de crianças, jovens e adultos que têm este direito negado, cujo critério básico é a sua condição de classe, como podemos constatar na estatística do IBGE (2009), a qual nos mostra que nos últimos anos o índice de analfabetismo vem diminuindo de 17,2% para 13,3%, e que o contingente de iletrados pertence à classe dos pobres negros (BORGES; SILVA & SOARES, 2022).

Assim, independente dos esforços feitos pela maior parte dos países e do auxílio técnico-financeiro prestados pelas diversas instituições, o analfabetismo continua muito presente neste início de um novo milênio, haja vista que a evasão, o abandono e a repetência escolar ainda são a maior problemática da educação brasileira, o que contribui significativamente para o analfabetismo. Os analfabetos e aqueles que abandonam muito cedo o sistema escolar encontram-se nos estratos mais baixos da sociedade, vivendo em situação de saúde, nutrição e habitação bastante precárias e com rendas familiares muito baixas (BORGES; SILVA & SOARES, 2022).

Diante destas situações, verifica-se que o sistema propicia através da exclusão de apenas uma classe do processo de obtenção de conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento, as

desigualdades sociais, e, conseqüentemente, o analfabetismo, uma vez que, sendo a leitura e a escrita instrumentos fundamentais para a inserção do homem na participação dos destinos políticos de sua sociedade, o sistema tenderá a propiciar esses elementos aos que vivem nas classes privilegiadas (BORGES; SILVA & SOARES, 2022).

Segundo Costa *et al.* (2021), na área da educação muito se ouve falar em inclusão, e são diversas ações desenvolvidas para efetivar as leis que visam reduzir a exclusão social. Assim, cabe ao sistema educacional incluir esses alunos nas salas regulares, mas essa prática ainda deixa muito a desejar, são muitos problemas, desde os ligados a ordem estrutural das escolas até a qualificação dos professores que atuam diretamente com os surdos.

No caso da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, o professor com o propósito de atender alunos especiais deve dispor de características educacionais e desenvolver sua prática pedagógica visando atender as necessidades de todos os alunos, tanto os normais quanto os que possuem deficiências e outras necessidades educacionais especiais. Por isso, deve estar capacitado para desenvolver um trabalho que faça os alunos se entrosarem com os aspectos pedagógicos do ensino regular (COSTA *et al.*, 2021).

Como exposto por Gonçalves (2018), o processo de inclusão dá-se a partir da assistência de um professor que auxilia os alunos na aquisição do conhecimento de todas as disciplinas. Isto, em princípio, implica na interpretação do conteúdo durante as aulas ministradas e/ou na orientação extraclasse. A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos. A organização de uma escola para todos prevê o acesso a escolarização e o atendimento às necessidades educacionais especiais.

Considerando que a criança especial passa grande parte do seu tempo na escola, é também nesses anos que se forma e que se consolida a estrutura fundamental do seu desenvolvimento, então é aí que entra o importante papel da escola e dos educadores e em especial os profissionais de Educação, que através de suas práticas pedagógicas podem e devem contribuir na formação integral e positiva para o desenvolvimento dessa criança (GONÇALVES, 2018).

Convém salientar primeiramente que o ser especial não impede que a criança realize atividades físicas, não interfere no processo de maturação do corpo humano, sendo somente estabelecidas restrições quando associadas a outros problemas que afetem o corpo físico ou outras possíveis restrições (médicas, por exemplo) (GONÇALVES, 2018).

Pedagogicamente isto implica na necessidade de qualificação profissional. Entretanto, a escolha das atividades podem ser as mesmas que as decididas para serem implementadas aos alunos normais, salientando somente que no decorrer do processo ensino aprendizagem, é conveni-

ente ao professor fazer os demais alunos compreenderem que as limitações dos alunos especiais são apenas em um órgão (dependendo da especialidade), que requer conhecimento de sua manifestação e observar se as atividades são coerentes com as condições de saúde, idade, condicionamento físico, interesse entre outros aspectos (GONÇALVES, 2018).

4. Considerações Finais

Durante a execução deste estudo, foi possível explorar a dinâmica entre professores, alunos com deficiência auditiva e a relação estabelecida no ambiente da sala de aula. Através dessa análise, emergiu a história das deficiências e as atitudes sociais que caracterizaram um passado marcado por indiferença, segregação e preconceitos contra indivíduos com deformidades físicas.

O estudo também abordou as leis que fornecem a base para garantir o atendimento educacional adequado aos alunos, respeitando sua aprendizagem. No entanto, apesar da disponibilidade de atendimento, percebe-se que ainda existe um distanciamento significativo em relação a uma educação verdadeiramente de qualidade. As leis, embora representem um conjunto de direitos para os indivíduos com necessidades educativas, frequentemente se movem a um ritmo lento, deixando os alunos à margem e limitados em seu progresso educacional, sendo rotulados erroneamente como incapazes de aprender.

Para efetivar uma abordagem educacional diferenciada, é imperativo que os professores busquem alternativas para engajar os alunos que demandam atenção especial, incorporando-os plenamente nas atividades da sala de aula. A falta de interação e relacionamento entre alunos e professores pode ter um impacto profundo na jornada escolar, especialmente quando os docentes não possuem proficiência em Libras, a linguagem de sinais utilizada pelos alunos surdos. A ausência dessa habilidade de comunicação adequada reflete a estagnação do processo educacional.

As políticas afirmativas, embora delineadas em documentos, precisam ser implementadas pelas instituições de ensino de maneira mais abrangente, garantindo o acesso e a inclusão de todos os indivíduos como cidadãos plenos, detentores de direitos e responsabilidades.

Vale ressaltar que o aluno com deficiência auditiva requer atenção contínua, não apenas durante os períodos de avaliação. Eles precisam ser estimulados a se comunicar e participar plenamente das atividades, não se limitando apenas a um papel passivo na sala de aula. A capacidade desses alunos de se envolverem e progredirem está intrinsecamente ligada ao estímulo oferecido.

Consequentemente, os conhecimentos adquiridos ao longo do estudo desempenharam um papel fundamental na construção do entendimento e na investigação da temática. A descoberta de informações e insights levou a uma busca por novas experiências, alimentando a aspiração de desenvolver práticas que possam fundamentar pesquisas futuras.

Assim, este estudo pode servir como uma base de referência para aqueles que desejam explorar e compreender a complexa realidade educacional enfrentada por crianças com necessidades educativas especiais. Revela a necessidade de ações efetivas para melhorar o ambiente educacional e as oportunidades oferecidas a esses alunos, que muitas vezes se encontram à mercê de um sistema que exige medidas mais positivas e inclusivas.

Referências

BORGES, I. J. S.; SILVA, N. V. S.; SOARES, Z. C. B. Revisão bibliográfica sobre o uso da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 14, p. 1-23, 2022.

CORRÊA, Alex Carneiro; ARAÚJO, Paulo Anderson de Carvalho. **Os desafios do ensino inclusivo de matemática para alunos cegos**: uma revisão bibliográfica acerca da alfabetização geométrica. 2022. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2022.

COSTA, D. N. *et al.* Metodologias inclusivas no Ensino de Biologia para alunos surdos: Uma revisão integrativa. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. 19-39, 2021.

DE OLIVEIRA ADÃO, Alberlice. A inclusão do aluno com deficiência auditiva mediante a utilização da linguagem brasileira de sinais-Libras. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 6, p. 150-164, 2023.

GONÇALVES, A. R. F. **O Intérprete de Língua Gestual Portuguesa e os seus desafios em sala de aula**: metodologias a adotar na colaboração Professor-Intérprete. 2018. 139 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

JOSÉ, Alexandre Botelho; PEREIRA, Adriana da Silva Maria; LORENSET, Odimar. Estratégias Pedagógicas na Alfabetização/Letramento de Alunos Surdocegos no Primeiro Segmento do Ensino Fundamental na Perspectiva da Educação Inclusiva – Estado do Conhecimento – 2006 a 2021. **Revista Cocar**, v. 18, n. 36, p. 38-59, 2023.

LEAL, Guilherme Tarcísio; GUIMARAES, Fabiane Fantacholi. A inclusão dos surdos no ensino regular: uma revisão de literatura. **Revista da Pós-graduação UNIFCV**, v. 5, n. 2, p. 1-16, 2019.

LUGLI, Luciano Cássio. **Prototipagem de soluções tecnológicas, alfabetização matemática na educação infantil e deficiência sensorial**. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ensino e Processos Formativos) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2018.

SOUZA, Jeniffer Thayna Nazaré de. **O ensino de literatura visual para alunos surdos**: uma revisão Integrativa. 2022. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - LIBRAS) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, 2022.